JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2025.07.11 06:24:49 -03'00'

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 11 de julho de 2025 • Nº 2091 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Especial

Exportações de carne e produtos do agro

PÁGINA 3

IBGE

IPCA de junho sobe 0,24% e faz Brasil estourar meta de inflação

Os dados da inflação oficial, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o país estourou o teto da meta de inflação pela primeira vez desde que a forma de apuração do resultado acumulado foi modificada pelo Conselho Monetário Nacional, no início deste ano. Antes dessa mudança, que passou a valer neste ano, a meta de inflação já havia sido estourada oito vezes. A meta de inflação determinada pelo CMN é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos. O teto, portanto, é de 4,5%, e a inflação acumulada não pode superar esse patamar por seis meses consecutivos. PÁGINA 2

DITADURA TRUMP

Congresso 'ameniza tarifaço' e pede diálogo

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) divulgaram, ontem, nota conjunta em que recomendam que o país aja com diálogo nos campos diplomático e comercial na resposta ao tarifaço de 50% sobre todos os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos (EUA). A medida foi anunciada quarta-feira pelo presidente Donald Trump, e sua entrada em vigor está prevista para 1º de agosto. A nota com a posição dos presidentes das duas Casas legislativas foi elaborada após a cobrança de líderes partidários da base aliada do governo. O texto diz que o Congresso Nacional acompanhará de perto os desdobramentos da crise comercial e diplomática desencadeada por Trump e cita a Lei de Reciprocidade Econômica. Sancionada em abril, a lei estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira. PÁGINA 5

MANIFESTAÇÃO

PAULO PINTO/ABRASIL

Ato na Paulista pede taxação de super-ricos e condena tarifaço

Milhares de pessoas participaram ontem de uma manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, pedindo pela taxação dos super-ricos, o fim da escala de seis dias de trabalho por um de descanso (6x1) e condenando o tarifaço imposto ao Brasil pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O ato teve início às 18h em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp). Com o mote Centrão, Inimigo do Povo, a manifestação foi organizada pelas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, com apoio das centrais sindicais e de movimentos sociais. O ato ocorreu não somente na capital paulista, mas em outros locais como Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza, Curitiba, Maceió, Florianópolis, Vitória, Cuiabá e São Luís. Na Paulista, o ato ocupou e fechou os dois sentidos da avenida no quarteirão em frente ao Parque Trianon.

SÃO PAULO

Justiça decide pela volta de diretores de escolas afastados

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou o retorno imediato de 25 diretores de escolas municipais da cidade de SP que haviam sido afastados por conta do baixo desempenho de seus alunos no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e Idep (Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana) de 2023. Os diretores foram afastados das atividades pela Prefeitura e passariam por um programa intensivo de requalificação. PÁGINA 5

GOLPISTA FORAGIDO

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputada pede ao STF bloqueio das contas de Eduardo

A deputada Erika Hilton (PSOL-SP) (**foto**) pediu ontem ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o bloqueio das contas bancárias do deputado Federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). A parlamentar também solicitou o bloqueio de investimentos financeiros, imóveis e das doações em dinheiro feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, pai de Eduardo, para bancar a estadia dele nos Estados Unidos. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA -0,54% / 136.743,26 / -737,53 / Volume: 26.348.959.402 / Negócios: 4.054.410

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
B3 ON NM	14,07	–2,83	–0,41
VALE ON NM	55,28	+2,29	+1,24
ITAUSA PN N1	10,55	–1,40	–0,15
BRF SA ON NM	23,00	+2,22	+0,50
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	35,25	–3,08	–1,12

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
DOHLER PN	4,35	+10,13	+0,40
EUCATEX ON N1	22,50	+7,19	+1,51
MOVIDA ON NM	6,91	+6,80	+0,44
MARFRIG ON NM	24,00	+6,38	+1,44
REVEE ON NM	84,990	+6,24	+4,990

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
TEX RENAUX PN	1,61	–10,56	–0,19
EUCATEX PN N1	16,99	–8,46	–1,57
DOTZ SA ON NM	5,250	–7,08	–0,400
METALFRIO ON NM	205,00	–6,82	–15,00
BRB BANCO PN	8,43	–6,33	–0,57

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	44.650,64	+0,43
S&P 500	6.280,46	+0,27
NASDAQ Composite	20.630,664	+0,09
Nasdaq 100	22.829,262	-0,16
Euronext 100	1.600,89	+0,03
CAC 40	7.909,86	+0,40

Salário mínimo	R$ 1.412,00
Ufir-RJ	R$ 4,5373
Taxa Selic (18/06)	15%
TR (11/07)	0,1719%
Poupança (11/07)	0,6728%
GP-M	-1,65% (jun.)
IPCA-15	0,26% (jun.)
CDI (18/06)	14,90%
OURO BM&F/grama/RJ	R$ 594,22
EURO Comercial Compra: 6,4811	Venda: 6,4817
EURO turismo Compra: 6,5866	Venda: 6,7666
DÓLAR Ptax - BC Compra: 5,5433	+1,48%
DÓLAR comercial Compra: 5,5420	Venda: 5,5426
DÓLAR turismo Compra: 5,5854	Venda: 5,7654

MERCADOS

Com ajuda de Vale, Bovespa limita perda do dia a 0,54%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

No dia seguinte ao anúncio, pelo governo Trump, de que os Estados Unidos virão a impor em 1ºde agosto tarifa de 50% sobre a importação de produtos brasileiros, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encontrou alguma proteção na principal ação do índice, Vale (ON +2,29%), para evitar uma perda maior na sessão. Mais cedo ontem, o papel da mineradora chegou a subir mais de 4%, alinhado a outro carro-chefe, Petrobras, que também perdeu força em direção ao fechamento, tanto na ON (+0,17%) como na PN (-0,25%). No fechamento, o Índice Bovespa (Ibovespa) mostrava baixa de 0,54%, aos 136.743,26 pontos, entre mínima de 136.014,47 e máxima de 137.471,88 na sessão, correspondente ao nível de abertura.

O giro voltou a subir ontem a R$ 26,3 bilhões Na semana, o Ibovespa recua 3,11%, colocando as perdas do mês a 1,52% - no ano, sobe 13,68%. O de ontem foi o menor nível de fechamento para o Ibovespa desde 25 de junho, então aos 135,7 mil pontos.

O dia foi amplamente negativo para os grandes bancos, em baixa entre 1,12% (BB ON) e 3,08% (Itaú PN) no fechamento. Na ponta perdedora do Ibovespa, destaque para Embraer, em queda de 3,7%, pela exposição da fabricante de aviões ao mercado dos Estados Unidos. Também entre as maiores correções do dia apareceram Cosan (-3,03%) e B3 (-2,83%), logo atrás de Itaú PN. No lado oposto, Marfrig (+6,38%), CSN (+5,04%) e CSN Mineração (+2,99%).

DÓLAR

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em alta de 0,78%, a R$ 5,5452, passando a acumular valorização de 2,22% na semana. O tropeço do real reflete as incertezas provocadas pela promessa do presidente americano, Donald Trump, de impor tarifas de 50% a produtos brasileiros a partir de 1º de agosto.

Na abertura dos negócios, a moeda americana chegou a superar o nível de R$ 5,60 e atingir máxima a R$ 5,6220.

IBGE

IPCA de junho faz Brasil estourar meta de inflação

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Os dados da inflação oficial, divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o país estourou o teto da meta de inflação pela primeira vez desde que a forma de apuração do resultado acumulado foi modificada pelo Conselho Monetário Nacional, no início deste ano.

Antes dessa mudança, que passou a valer neste ano, a meta de inflação já havia sido estourada oito vezes.

A meta de inflação determinada pelo CMN é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos. O teto, portanto, é de 4,5%, e a inflação acumulada não pode superar esse patamar por seis meses consecutivos.

Como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) marcou 0,24% em junho, a soma de 5,35% em 12 meses foi a sexta consecutiva acima de 4,5%.

Dentro do IPCA de 12 meses apurado em junho, o grupo de produtos e serviços que mais se destacou na alta foi o de alimentos e bebidas, com elevação de 6,66%.

REGIME DE METAS

Instaurado no país em 1999, o regime de metas de inflação funcionava, até 2024, considerando apenas o resultado fechado de cada ano, de janeiro a dezembro. Desse modo, a meta só era estourada se o IPCA chegasse em dezembro fora do intervalo de tolerância.

Em 2023, uma resolução do CMN determinou que, de 2025 em diante, a meta deve ser apurada por um padrão que segue exemplos internacionais e é conhecido como "meta contínua".

Assim, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao mês de dezembro de cada ano.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e o presidente do Banco Central (BC), e cabe ao Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central perseguir a meta.

Segundo o BC, a utilização da meta contínua evita a caracterização de descumprimento em situações de variações temporárias na inflação. Esse é o caso, por exemplo, de um choque em preços de alimentos ou do petróleo, que façam com que a inflação fique fora do intervalo de tolerância por apenas alguns meses.

CARTA ABERTA

Cada vez que o país estoura a meta de inflação, o presidente do BC tem que divulgar, por meio de carta aberta ao ministro da Fazenda, que preside o CMN, a descrição detalhada das causas do descumprimento, as providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos e o prazo no qual se espera que as providências produzam efeito.

No site do BC, estão o histórico de cumprimento ou não da meta e as cartas abertas redigidas.

Além do primeiro semestre de 2025, a inflação ficou fora do intervalo de tolerância nos seguintes anos: 2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021, 2022 e 2024.

Dos nove episódios de estouro, apenas 2017 ficou abaixo do piso, quando o IPCA terminou o ano em 2,95%. O piso determinado era de 3%.

Em 2002, quando o teto da meta era 5,5%, o IPCA alcançou 12,53%, o maior desde a implantação do regime monetário. Em 2021, ano com efeitos da pandemia, chegou a 10,06%.

PERSEGUIR A META

De acordo com o BC, o regime de metas de inflação é o conjunto de procedimentos para garantir a estabilidade de preços nos país.

A meta confere maior segurança sobre os rumos da política monetária, mostrando para a sociedade, de forma transparente, o compromisso do BC com a estabilidade de preços", diz o BC.

Ainda de acordo com o Banco Central, a previsibilidade "melhora o planejamento das famílias, empresas e governo".

Se, por um lado, a meta aponta um teto para a subida de preços, por outro, ela também determina que não seja muito baixa.

Inflação muito baixa ou deflação (queda de preços) também pode ser ruim para a economia, uma vez que, se constante, cria um círculo vicioso que afasta o consumo — as pessoas podem evitar fazer compras na expectativa de os preços caírem mais ainda — e impacta negativamente o crescimento da economia e a geração de emprego.

EFEITO DOS JUROS

A principal forma de o BC perseguir a inflação é por meio da taxa básica de juros da economia, a Selic. A elevação da taxa faz com que empréstimos fiquem mais caros – seja para pessoa física ou empresas — e haja um freio na atividade econômica, o que tem potencial de conter aumento de preços. Por outro lado, desestimula investimentos e a criação de emprego e renda.

A Selic é determinada pelo Copom em reuniões que acontecem a cada 45 dias aproximadamente.

Atualmente, a Selic está em 15% ao ano – o maior ponto da trajetória de alta iniciada em setembro de 2024. O presidente do BC, Gabriel Galípolo, tem dito que a Selic deve ficar alta por tempo prolongado, até conseguir empurrar a inflação para dentro da meta.

TARIFAÇO DE TRUMP

Brasil tem medidas de retaliação que não impactam inflação

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Brasil tem à disposição uma série de medidas de retaliação comercial contra os Estados Unidos que não provocam impacto na inflação, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O ministro reiterou que a Lei de Reciprocidade Econômica, aprovada pelo Congresso em abril, estabelece ações não tarifárias e até algumas elevações de tarifas que não provocam o aumento de preços no país.

"Ninguém está falando nisso (em medidas que gerem inflação), por enquanto. Há muitas medidas não tarifárias que podem ser pensadas. Há um rol enorme de medidas que estão sendo estudadas. Tem um grupo de trabalho, conforme eu disse. Nós precisamos de um tempo (para decidir), mas há muitas medidas não tarifárias. Há medidas tarifárias que não impactam a inflação", disse o ministro.

Quarta-feira, em resposta às medidas anunciadas por Trump, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil responderá às sanções dos Estados Unidos com a Lei de Reciprocidade Econômica.

As tarifas de 50% sobre produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos impactam apenas os consumidores norte-americanos. No entanto, caso o Brasil retalie com uma sobretaxa semelhante, haveria, em tese, impactos sobre a inflação brasileira à medida que produtos norte-americanos ficariam até 50% mais caros.

O ministro lembrou que a Lei de Reciprocidade Econômica foi aprovada com amplo apoio no Congresso, inclusive com votos da oposição. Haddad também lembrou que os canais diplomáticos entre o Brasil e os Estados Unidos continuam abertos.

"Vamos, obviamente, ter um grupo de trabalho para analisar a Lei da Reciprocidade, que foi aprovada com larga margem pelo Congresso, inclusive com setores conservadores da sociedade que defendem a soberania nacional. Enquanto isso, os canais diplomáticos sempre estarão abertos para buscar um entendimento e a superação desse impasse", comentou.

IRRACIONALIDADE

Como fez em entrevista a um podcast na manhã desta quinta-feira, o ministro voltou a classificar de "irracional" a decisão do governo do presidente Donald Trump de taxar os produtos brasileiros em 50%.

"É uma tarifa que não se justifica sob nenhum ponto de vista, menos ainda do ponto de vista econômico. Os Estados Unidos tiveram um superávit junto ao Brasil, fora a América do Sul, junto ao Brasil nos últimos 15 anos, de mais de US$ 400 bilhões. Um superávit (para os Estados Unidos). Então, quem poderia estar pensando em proteção era o Brasil. O Brasil não está pensando nisso", afirmou Haddad.

O ministro comentou brevemente a audiência de conciliação sobre o decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

"A posição da Fazenda é que o ato [decreto que elevou alíquotas do IOF] é constitucional", limitou-se a falar Haddad.

FRAUDE NO INSS

Governo abrirá crédito de R$ 3 bi para ressarcir aposentados

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O governo federal deve publicar, nos próximos dias, uma Medida Provisória (MP) abrindo um crédito extraordinário de cerca de R$ 3 bilhões no Orçamento deste ano.

O dinheiro servirá para ressarcir parte dos valores descontados ilegalmente dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a milhões de aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

"Vamos enviar (submeter) esta MP para o parlamento, abrindo um crédito extraordinário de aproximadamente R$ 3 bilhões para fazer este ressarcimento", disse, em Brasília, o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, durante entrevista coletiva na qual ele e o presidente do INSS, Gilberto Waller, anunciaram o início do período de adesão ao acordo de restituição dos valores descontados sem autorização, a partir de hoje.

Adotada pelos presidentes da República em casos de relevância e urgência, as medidas provisórias produzem efeitos a partir do momento em que são publicadas no Diário Oficial da União, mas têm que ser aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em até 120 dias para que se transformem definitivamente em leis ou perdem a eficácia. Já a abertura de crédito extraordinário é admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes.

"Esta é uma crise grave que nos indignou a todos", afirmou o ministro, se referindo aos fatos trazidos à luz pela Operação Sem Desconto, que a Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram em abril deste ano, para aprofundar as investigações sobre o esquema fraudulento de descontos não autorizados que lesaram milhões de aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social.

"É um dos episódios mais nefastos e mais graves dos últimos tempos", acrescentou Queiroz, assegurando que o governo "tomou todas as medidas possíveis e cabíveis" para interromper os descontos indevidos tão logo tomou ciência da gravidade dos indícios de ilegalidade que a PF e a CGU identificaram.

"Foram cessados todos os descontos e suspensos todos os acordos de cooperação técnica (entre o INSS e entidades autorizadas a descontar as mensalidades associativas de seus filiados diretamente dos benefícios previdenciários). A CGU deflagrou uma investigação sem proteger a quem quer seja e a PF tem trabalhado com absoluta autonomia", acrescentou o ministro.

R$ 2,6 BILHÕES

Segundo o presidente do INSS, Gilberto Waller, dos cerca de 9,3 milhões de segurados do INSS que pagaram alguma mensalidade associativa com desconto em folha entre março de 2020 e março de 2025, 3,8 milhões questionaram os valores deduzidos, alegando não ter autorizado a operação.

"Se tivéssemos que pagar [restituir os valores cobrados] 100% das 3,8 milhões de reclamações – o que não é o caso –, o valor corrigido pelo IPCA, hoje, daria R$ 2,6 bilhões", afirmou Waller, acrescentando que os R$ 400 milhões restantes do crédito extraordinário vão servir para, eventualmente, ressarcir vítimas indígenas, quilombolas e que tinham 80 anos de idade ou mais em março de 2024 e que não tenham questionado os valores descontados ilegalmente. Nestes casos, o próprio INSS vai contestar as deduções, por considerar estes três grupos socialmente vulneráveis.

"Com isso, chegaríamos a cerca de 4,1 milhões de pessoas atingidas por este golpe, conforme a estimativa inicial", acrescentou o presidente do INSS, destacando que mais de 1,86 milhão de aposentados e pensionistas que questionaram as cobranças ilegais e que não receberam as devidas justificativas das entidades associativas já estão aptas a aderir ao acordo de ressarcimento, a partir desta sexta-feira.

Quem ainda não contestou eventuais descontos pode fazê-lo pelo aplicativo Meu INSS; ligando para a central telefônica 135 ou indo pessoalmente a uma agência dos Correios.

Novas contestações serão aceitas pelo menos até 14 de novembro de 2025 – até lá, o governo federal vai analisar a necessidade de prorrogar o prazo. A partir da data em que o beneficiário questionar as cobranças, as entidades têm até 15 dias para comprovar que o desconto .

CÂMARA

Lira amplia corte parcial de IR para até R$ 7.350

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O relator do projeto de lei que reforma o Imposto de Renda (IR), deputado Arthur Lira (PP-AL), manteve em 10% a alíquota máxima a ser cobrada das pessoas que ganham a partir de R$ 1,2 milhão por ano. Nos últimos dias, havia a expectativa de que ele reduziria a alíquota efetiva para 8%.

O deputado apresentou ontem o parecer do projeto para votação na comissão especial. Lira elevou de R$ 7 mil para R$ 7.350 por mês a faixa de renda a ser beneficiada com redução parcial do IR. O projeto de lei estende a isenção de IR para quem ganha até R$ 5 mil mensais e, na versão original, previa reduções para quem ganha até R$ 7 mil.

"Esse projeto pode dar início a um debate mais aprofundado sobre a reforma da renda no Brasil. Mas, inicialmente, ele foi construído para isentar completamente quem ganha até R$ 5 mil, proporcionalmente quem ganha até pouco mais de R$ 7 mil e para fazer justiça tributária neste país. Mas o princípio maior que se pregou é o da neutralidade", declarou Lira.

Lira leu o parecer nesta tarde na comissão especial da reforma do IR. Em seguida, o texto passará por um pedido de vista coletiva, com a votação na comissão prevista para a próxima semana.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Exportações de carne e produtos do agro brasileiro entram em risco com tarifa de 50% imposta por Trump, apontam representantes dos setores

PEXELS

POR BÁRBARA SOUZA

A tarifa de **50% sobre importações de produtos brasileiros**, anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, acendeu um alerta vermelho para o setor exportador do agronegócio nacional. A medida, que entra em vigor em 1º de agosto, ameaça diretamente as **vendas externas de carne bovina**, suína e de outros produtos agropecuários, com impactos bilionários para a balança comercial brasileira e possíveis consequências para a economia interna.

Segundo dados do governo, somente no primeiro semestre de 2025, o Brasil exportou **181,5 mil toneladas de carne bovina para os EUA**, movimentando cerca de **US$ 1,04 bilhão** — uma alta de mais de 100% em comparação ao mesmo período de 2024. Com a nova tarifa, essas vendas correm risco de serem drasticamente reduzidas.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) afirmou que o custo da carne brasileira ficará tão elevado que **"inviabilizará a venda do produto para os Estados Unidos"**.

"A Abiec reforça a importância de que questões geopolíticas não se transformem em barreiras ao abastecimento global e à garantia da segurança alimentar, especialmente em um cenário que exige cooperação e estabilidade entre os países", destacou. A entidade também se colocou à disposição para dialogar com autoridades americanas:

"Estamos dispostos ao diálogo, de modo que medidas dessa natureza não gerem impactos para os setores produtivos brasileiros nem para os consumidores americanos, que recebem nossos produtos com qualidade, regularidade e preços acessíveis."

Exportações em xeque

A nova política tarifária também preocupa a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que representa os interesses do setor no Congresso Nacional. A frente alertou que a medida afeta diretamente a **competitividade das exportações brasileiras**, além de provocar desvalorização cambial e aumento no custo de insumos.

"A nova alíquota produz reflexos diretos e atinge o agronegócio nacional, com impactos no câmbio, no consequente aumento do custo de insumos importados e na competitividade das exportações brasileiras", diz nota da FPA. "Diante desse cenário, a FPA defende uma resposta firme e estratégica: é momento de cautela, diplomacia afiada e presença ativa do Brasil na mesa de negociações."

Medida política com impacto econômico

Para a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a tarifa de 50% não é apenas uma medida econômica, mas sobretudo **uma retaliação política**.

O presidente-executivo da entidade, José Augusto de Castro, declarou:

"É certamente uma das maiores taxações a que um país já foi submetido na história do comércio internacional, só aplicada aos piores inimigos, o que nunca foi o caso do Brasil. Além das dificuldades de comércio com os Estados Unidos, o anúncio da Casa Branca pode criar uma imagem negativa do Brasil e gerar medo em importadores de outros países de fechar negócios com as nossas empresas, afinal, quem vai querer se indispor com o presidente Trump?"

A AEB também aponta que o impacto pode ser sentido em toda a economia brasileira, caso o Brasil perca espaço nos mercados internacionais.

Especialista vê risco direto no preço da carne e da moeda

Para o economista **Presley Vasconcellos**, especialista em desenvolvimento e comércio exterior, o Brasil sofre hoje as consequências de sua forte dependência das exportações de commodities:

"Nós temos um problema grave aqui, que é ser uma economia baseada em commodities... a tarifa imposta pelo Trump ao Brasil [de 10%] foi uma das mais baixas entre outras nações... O milho que está sendo plantado vai ser vendido para servir de ração, para animal. Então, isso vai impactar, de forma direta, o preço das carnes", disse em entrevista ao jornal Brasil de Fato.

Com a valorização do dólar após o anúncio — o real caiu 2% frente à moeda americana —, o custo de insumos importados, como fertilizantes e defensivos, tende a subir. Isso pressiona os preços internos e **encarece o custo final dos produtos vendidos ao exterior**, minando a competitividade brasileira nos mercados internacionais.

Mercados alternativos e diplomacia

Diante do risco de perdas nos EUA, autoridades brasileiras e entidades do setor buscam abrir ou ampliar mercados alternativos. O economista Marcos Jank, professor da FGV Agro, defende que o país **diversifique seus destinos de exportação** e atue diplomaticamente para reverter ou mitigar a medida americana.

Para Jank, "o Brasil precisa usar esse revés como estímulo para fortalecer sua presença comercial em outras regiões, como Ásia e Oriente Médio, além de modernizar sua política comercial".

A tarifa imposta por Trump é uma ameaça concreta às exportações brasileiras de carne e outros produtos do agronegócio. Se mantida, pode significar **bilhões de dólares em perdas**, retração de mercados e desconfiança internacional.

A urgência agora é política: retomar o diálogo diplomático, ampliar acordos comerciais e garantir que o Brasil continue sendo um **fornecedor confiável, competitivo e presente no cenário global**.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL — BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.058/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.058/2025 no dia 24/07/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais Hospitalares (ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO COM CLOREXIDINA A 2%, COM APROXIMADAMENTE 20 ML, CERDAS MACIAS QUE NÃO PROVOQUE ABRASÃO, SELAGEM EFICIENTE, ABERTURA COM TÉCNICA ASSÉPTICA, EMBALAGEM INDIVIDUAL, REGISTRO NA ANVISA - MÁSCARA DESCARTÁVEL CIRÚRGICA NÃO TECIDO COM 3 CAMADAS, SANFONADA E AJUSTE NASAL, ANTI-ALÉRGICA, HIDROREPELENTE, HIPOALERGÊNICA, COM 4 TIRAS LATERAIS EM MATERIAL RESISTENTE, FIRMES E DE AJUSTE PERFEITO, INODORA e etc). Processo nº. 33409.001518/2024-11. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

EDITAL DE CITAÇÃO - Com o prazo de 20 (vinte) dias

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Patricia Domingues Salustiano - Juiz em Exercício do Cartório da 3ª Vara Cível da Regional de Madureira, RJ, **FAZ SABER** aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Ernani Cardoso, 152 - Cascadura - Rio de Janeiro - RJ e-mail: mad03vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Locação de Móvel / Espécies de Contratos, de nº 0000882-98.2021.8.19.0202, movida por AIR PRODUCTS BRASIL LTDA. em face de I W C REPRESENTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., objetivando a condenação do Réu a pagar a quantia de R$ 214.005,11 (duzentos e quatorze mil, cinco reais e onze centavos), além das parcelas de locação que eventualmente venha a vencer no curso da demanda, tudo corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além de arcar com as custas judiciais e os honorários advocatícios, que deverão ser fixados na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do débito. Assim, pelo presente edital **CITA** o réu I W C REPRESENTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - CNPJ nº 09.168.927/0001-00, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir- se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC), caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Ficam cientes e intimados eventuais terceiros interessados. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, 16 de abril de 2025. Eu, Monica de Souza Chagas - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/29891, digitei. E eu, Rodrigo Pau Brasil - Chefe de Serventia - Matr. 01/26018, o subscrevo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS, REFEIÇÕES RÁPIDAS (FAST FOOD) E AFINS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINDIREFEIÇÕES-RJ
CNPJ: 32.316.366/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO PROCESSO ELEITORAL

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, Refeições Rápidas (Fast Food) e Afins do Estado do Rio de Janeiro – SINDIREFEIÇÕES-RJ – inscrito no CNPJ sob o nº 32.316.366/0001-60, por decisão, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto Social do Sindicato, vem pelo presente, convocar todos os trabalhadores, sócios do SindiRefeições-RJ e em dia com suas obrigações estatutárias, que pertencem as categorias profissionais dos Trabalhadores nas Empresas de Refeições Coletivas, de fornecimento de Refeições Prontas ou Congeladas, que sejam Confeccionadas dentro da Empresa Contratante ou em unidade fora para serem Transportadas, Trabalhadores em Empresas de Fornecimento de Ticket's, Vales Refeições, refeições a quilo, Cestas Básicas ou similares, Trabalhadores em Empresas de Refeições para serem servidas à Bordo das Aeronaves, Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food), lanchonetes e Trabalhadores em Cozinhas Industriais e Afins no Estado do Rio de Janeiro-RJ, para a Assembleia Geral Extraordinária do Processo Eleitoral, que elegerá os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, a realizar-se nos dias 18 e 19 de agosto de 2025, para o mandato de 05 (cinco) anos da diretoria executiva e do conselho fiscal, conforme prevê o Estatuto Social do Sindicato e Decisão da Diretoria na reunião supracitada. A votação iniciará às 07 horas e terminará às 17 horas, em cada um dos dias de votação, os locais de votação e coletas de votos serão definidos em aditamento, conforme previsto no estatuto social do sindicato. A Secretaria Eleitoral funcionará, das 10 horas até às 17 horas, durante o período eleitoral, com intervalo para refeição das 12 horas e 30 minutos às 13 horas e 30 minutos, no endereço, situado na Avenida das Américas, nº 3693, Sala 208, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.631-000, onde serão inscritas as chapas que desejarem concorrer às eleições dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do SindiRefeições-RJ. Os registros das chapas se darão na forma prevista no Artigo 77 do estatuto e realizados em três dias consecutivos a contar do dia 14 de julho de 2025 e o prazo de impugnação das chapas e de candidatos serão de três dias a partir do dia da publicação das chapas. O Processo Eleitoral será regido pelo Estatuto Social do SindiRefeições-RJ, no Capítulo I, que trata do Processo Eleitoral, no Título IV a partir do Artigo 69 e seguintes e, conforme a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e b) Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para um mandato de 05 (cinco) anos, que será em 10/09/2025. O quórum da assembleia do processo eleitoral será de acordo com o previsto no Estatuto do SindiRefeições - RJ. Rio de Janeiro, 10 de julho de 2025. OZIEL ROMUALDO DE PAULA – Presidente.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF Nº 58.022.153/0001-10

Balanços Encerrados em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R$)

Ativo	Dez/2023	Dez/2022
Ativo Circulante	**21.655.799**	**21.659.387**
Disponibilidades	**2.007**	**2.007**
Caixa e Bancos	2.007	2.007
Estoques	**21.302.582**	**21.302.582**
Imóveis Destinados a Venda	21.302.582	21.302.582
Créditos	**351.210**	**354.798**
Acordos a Receber	250.444	250.444
Devedores Compra Imóveis	-	802
Bloqueio Judicial	100.766	100.766
INSS a Compensar	-	2.786
Ativo Não Circulante	**108.488.480**	**110.494.963**
Outros Creditos	**1**	**1**
Creditos Difícil Recebimento	1	1
Direitos Creditorios	**39.317.353**	**39.317.353**
Sotave Norte Proc 522/85 5	39.317.353	39.317.353
Investimentos Comprom.	**14.436.822**	**14.436.822**
Invest Compromissados	14.436.822	14.436.822
Investimentos	**50.583.336**	**51.902.501**
Equivalencia Patrimonial	50.583.336	51.902.501
Investimento em Coligadas	**4.150.968**	**4.836.379**
28 de Agosto Adm. Partic.	4.150.968	4.836.379
Imobilizado	**-**	**1.907**
Imobilizado	-	199.003
Depreciações	-	(197.096)
Total do Ativo	**130.144.279**	**132.154.350**

Passivo	Dez/2023	Dez/2022
Passivo Circulante	**1.660.187**	**1.657.983**
Obrigações a Curto Prazo	**1.660.187**	**1.657.983**
Impostos a Pagar	1.655.208	1.653.809
Contribuições a Recolher	4.979	4.174
Passivo Não Circulante	**17.880**	**144.058**
Obrigações a Longo Prazo	**17.880**	**144.058**
Parcelamento Fiscal	**17.880**	**144.058**
Reparcelamento - REFIS	17.880	144.058
Patrimônio Líquido	**128.466.212**	**130.352.309**
Capital Realizado	78.039.960	78.039.960
Reservas	254.534.436	254.534.436
Ações Tesouraria	(18.151.064)	(18.151.094)
Resultados Acumulados	(185.957.090)	(184.070.993)
Total do Passivo	**130.144.279**	**132.154.350**

Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido (Valores Expressos em Reais - R$)

	Capital Subscrito	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Resultados Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	**77.589.961**	**254.534.436**	**(18.151.094)**	**(182.440.429)**	**131.532.874**
Realização de Capital	367.932	-	-	-	367.932
Prejuizo Líquido do Exercício	-	-	-	(489.693)	(489.693)
Saldo em 31/12/2021	**77.957.893**	**254.534.436**	**(18.151.094)**	**(182.930.122)**	**131.411.113**
Realização de Capital	50.000	-	-	-	50.000
Ajuste Prejuízo Liquido	32.067	-	-	-32.067	-
Prejuizo Líquido do Exercício	-	-	-	(1.108.804)	(1.108.804)
Saldo em 31/12/2022	**78.039.960**	**254.534.436**	**-18.151.094**	**-184.070.993**	**130.352.309**
Prejuizo Líquido do Exercício	-	-	-	(1.886.097)	(1.886.097)
Saldo em 31/12/2023	**78.039.960**	**-254.534.436**	**-(18.151.095)**	**(185.957.090)**	**128.466.212**

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Metodo Direto em 31/12/2023

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	Dez/2023	Dez/2022
Pagamentos a Fornecedores e Empregados	-685.411	1.191.867
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	-685.411	-1.191.867
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebido por Amortização de Investimentos	683.738	1.179.867
Caixa Líquido usado nas atividades de investimento	683.738	1.179.867
Diminuição Líquida ao Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.673)**	**12.000**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**2.006**	**14.006**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**333**	**2.006**

Demonstração do Resultado dos Exercícios (Valores expressos em Reais - R$)

Descrição	2023	2022
Operações em Continuidade		
Despesas Operacionais	**(656.569)**	**(1.108.771)**
Despesas Administrativas	377.843	882.954
Despesas com Pessoal	273.741	224.697
Despesas Tributarias	4.985	1.120
Resultado Equiv. Patrimonial	**(1.319.165)**	**-**
Resultado Antes Desp e Receitas Financeiras	**(1.975.734)**	**(1.108.771)**
Despesa e Receita Financeira	**72**	**32**
Despesas Financeiras	82	32
Receitas Financeiras	**(154)**	-
Resultado Antes do CSLL e do IRPJ	**(1.975.662)**	**(1.108.803)**
Prejuizo Contábil Líq. Antes Contr Social	**(1.975.662)**	**(1.108.803)**
Contribuição Social	**-**	**-**
Prejuizo Contabil Liq. Antes Imposto Renda	**(1.975.662)**	**(1.108.803)**
Imposto de Renda	**-**	**-**
Resultado Líquido Operações Continuidade	**(1.975.662)**	**(1.108.803)**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis: **1. Contexto Operacional:** A sociedade tem como atividade preponderante, no contexto do seu objetivo social, a implementação da cobrança dos denominados créditos de difícil liquidação contra terceiros, aportados para integralização de seu Capital Social. Complementa o objeto da empresa a administração de seus imóveis. **2. Sumario das Praticas Contabeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, as quais a partir da extinção da correção monetária do balanço pela lei 9.249/95, não prevêem o reconhecimento dos efeitos inflacionários. As principais práticas contábeis são como segue: (A) Apuração: A apuração do resultado é através do regime de competência dos exercícios. (B) Créditos a Receber: Os valores a receber estão demonstrados por seus valores atualizados monetariamente, até a data do Balanço encerrado em 1995, exceto os Créditos de Difícil Recebimento, que estão demonstrados por seu valor original de ingresso na sociedade, devido às circunstâncias que originaram o seu recebimento por parte da Companhia. (C) Ajuste ao Valor presente: A companhia entendeu por não reconhecer o ajuste a valor presente dos créditos, tendo em vista as questões de ordem prática que envolvem este cálculo, inclusive o prazo para o recebimento. **3. Capital Social:** O Capital Social original total é de 456 milhões de ações ordinárias e preferenciais, sendo que em 31/12/2023 são representadas por 370.442.969 ações, cada uma com o valor patrimonial de R$ 0,3467, devido a recompra mediante permutas de 85.557.031 ações preferenciais. **4. Ações em Tesouraria:** A empresa procedeu anteriormente a recompra de 85.557.031 ações preferenciais, sendo ainda que existem mais 150 milhões de ações ordinárias que estão lançadas como Investimentos Compromissados, perfazendo um total de 235.557.031 ações de sua emissão em tesouraria, correspondente a 51.66% das 456 milhões de ações que constituem a totalidade do capital social. **5. Investimento em Coligadas:** A empresa tem investido em 31/12/2023 o valor de R$4.150.968,73 junto a Vinte e Oito de Agosto Administração e Participações Ltda. Os investimentos relevantes em sociedade coligadas e controladas sobre os quais a companhia tem influencia na administração, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Vinte e Oito de Agosto Adm. e Participações Ltda. Capital - 98.473.708; Reserva de Capital - 21.991.588; Valor do Investimento - 50.583.335; Prejuizo Acumulado - 69.900.879; Quantidade de Quotas - 4.426.819; % de Participação - 99,999978.

Antonio Barboza Vilhena - Dir. Presidente
Marcio Jorge A. Lopes - Dir. Financeiro/ Antonio José Molon - TC CRC 1SP 0457950-3

INVERNO: Muitas nuvens durante o dia, com aberturas de sol. Manhã Tarde Noite 24º 12º 5% 06:50 17:35

ZONA SUL

Dupla assalta mulher com bebê no colo em rua perto de Chácara

A Polícia Militar prendeu em flagrante dois homens que assaltavam uma mulher que passeava com um bebê de colo na rua Mário Reis, 25, na região da Chácara Santo Antônio, zona sul de São Paulo.

O bairro é o mesmo onde um delegado da Polícia Civil foi assassinado na calçada por um assaltante que chegou de moto, em janeiro deste ano. Como mostrou o Estadão, criminosos de motos, disfarçados de entregadores, se juntam em gangues e aterrorizam os moradores. Ao jornal, moradores relataram casos diários de roubos em plena rua, a qualquer hora do dia.

Segundo o Radar da Criminalidade, ferramenta exclusiva do Estadão, bairros da zona oeste e sul registram crescimento da criminalidade. Alvos de gangues de moto e bicicleta, Butantã (zona oeste de São Paulo) e Vila Mariana (sul) tiveram alta, respectivamente, de 32,5% e 30,1% nos furtos de janeiro a maio.

A PM afirma que fazia patrulhamento no local quando percebeu a ação. Os rapazes estavam armados e usavam uma motocicleta para abordar a vítima.

Outras duas motocicletas com criminosos que estariam agindo em conjunto conseguiram fugir. A Polícia Militar realiza buscas na região para localizar os demais envolvidos.

A ocorrência foi registrada no 11º Distrito Policial. Um levantamento preliminar feito pelos policiais militares da região aponta que a dupla detida pode estar envolvida em pelo menos outros três roubos recentes, e deverá responder por todos os crimes identificados.

A ocorrência foi registrada no 11º Distrito Policial. Um levantamento preliminar feito pelos policiais militares da região aponta que a dupla detida pode estar envolvida em pelo menos outros três roubos recentes, e deverá responder por todos os crimes identificados.

INTERIOR

Jatinho com pneu furado faz pouso de emergência

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Um jatinho particular foi obrigado a fazer um pouso de emergência no Aeroporto Estadual de Jundiaí, interior de São Paulo, após o piloto constatar que um pneu de aeronave estava furado.

O incidente aconteceu no fim da tarde de quarta-feira passada, e obrigou o terminal a suspender temporariamente as operações normais. O piloto e o copiloto, únicos ocupantes da aeronave, desembarcaram bem.

De acordo com a Rede Voa, concessionária do aeroporto, o avião modelo Cessna Citation 510, prefixo PP-LFP, decolou do aeroporto de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

No momento da decolagem, o piloto notou que a aeronave apresentou instabilidade ainda na pista e os sensores indicaram um problema no trem de pouso. Ele reportou o problema à torre de controle e foi constatado que havia vestígios na pista indicando que o pneu havia furado.

O piloto então declarou emergência e seguiu para o pouso em Jundiaí por questões de segurança. "A aeronave queimou combustível por aproximadamente 20 minutos até realizar o pouso no Aeroporto Comandante Rolim Adolfo Amaro, em Jundiaí.

A aterrisagem ocorreu de forma tranquila, sem vítimas ou feridos, apenas com danos no trem de pouso, que se encontrava com o pneu furado", diz, em nota, a concessionária.

A aeronave ficou na pista de pousos e decolagens por alguns minutos até a liberação do Centro Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) e seguiu para o hangar de manutenção.

No momento do pouso, a equipe de Resposta a Emergências da Rede Voa ficou a postos e mobilizou o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para eventuais atendimentos, que não foram necessários. Durante a ocorrência, outras operações no aeroporto foram suspensas.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA 89ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Agronegócio, em 2 (Duas) Séries da 89ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 16 ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 29 de julho de 2025, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: ORDENS DO DIA: (a) Deliberar sobre a aceitação, pelos Titulares dos CRA, da dação em pagamento da garantia atualmente constituída, qual seja, a Fazenda Tapuio, localizada no Município de Brasilândia, Estado de Tocantins, devidamente descrita e caracterizada na matrícula nº 1197, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Brasilândia do Tocantins, nos termos e condições dispostos na escritura pública de dação em pagamento ("Instrumento de Dação"), que seguirá anexo à ata da presente assembleia, com a consequente baixa proporcional da obrigação da Devedora; (b) Caso aprovado o item **(a)** acima e, somente na hipótese de a consolidação da propriedade da Fazenda Tapuio ocorrer em nome da Securitizadora, deliberar sobre a aprovação do aumento da taxa de gestão atualmente praticada, que passará a vigorar a partir de agosto de 2025 no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais líquidos de impostos, em razão das atividades adicionais a serem desempenhadas pela Securitizadora no contexto da posse e administração do referido ativo; (c) Caso aprovados os itens **(a)** e **(b)** acima, deliberar sobre a aprovação de aporte, pelos Titulares dos CRA, no montante de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em até 5 (cinco) Dias Úteis da aprovação do pleito, destinado à quitação de despesas já vencidas, bem como à constituição de reserva para cobertura de despesas futuras relacionadas à Emissão. Referido valor será considerado despesa da operação e terá prioridade no recebimento de recursos no momento da recuperação do crédito, conforme Ordem de Pagamentos disposta na Cláusula 7.1 do Termo de Securitização. Eventual saldo remanescente, após a integral recuperação dos valores, será restituído aos respectivos Titulares dos CRA na proporção de sua participação no aporte; (d) Aprovar a liberação, pela Securitizadora, do aval prestado pelo Sr. Carlos Cardoso de Oliveira Filho, inscrito no CPF sob o nº 006.578.571 14, no âmbito da Emissão, condicionada à efetiva conclusão da dação em pagamento da Fazenda Tapuio, a qual será considerada concluída com a assinatura do respectivo Instrumento de Dação e o seu registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Brasilândia do Tocantins. Cumpridas tais condições, a Securitizadora deverá proceder com a liberação do referido aval em até 02 (dois) Dias Úteis; e (e) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA, em Série Única, da 89ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos por João Batista Consentini Filho, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 09 de julho de 2025.

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

VIOLÊNCIA

OAB repudia abuso da força policial de Tarcísio em SP

MATHEUS CROBELATTI/ABRASIL

Após a morte do marceneiro Guilherme Dias Santos, de 26 anos, assassinado por engano com um tiro na cabeça por um policial militar fora de serviço em 4 de julho, na Estrada Turística de Parelheiros, a seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, soltou nota de repúdio contra os casos de abuso policial no estado.

No comunicado, a OAB escreve que a morte de Guilherme não é um caso isolado: "Trata-se de ação abusiva, desnecessária e guiada por um modelo de má conduta que se repete. Por falta de orientação, treinamento e controle institucional, o agente agiu como se pudesse resolver a situação à margem da lei, ignorando a legalidade e a justiça."

A entidade também defendeu a apuração rigorosa de casos como o do marceneiro. "Casos como esse vêm se repetindo de forma inaceitável no Estado de São Paulo. É urgente investir em formação e capacitação do efetivo policial, adotar protocolos que priorizem o uso de instrumentos com menor potencial ofensivo, garantir o cumprimento da obrigatoriedade do uso de câmeras corporais e investigar com agilidade e rigor os casos de má conduta, escreveu a OAB".

Na sexta-feira passada, Guilherme foi baleado na cabeça pelo agente policial Fábio Anderson Pereira de Almeida enquanto corria para alcançar um ônibus para voltar a casa após um dia de trabalho.

O policial militar alega que havia sofrido uma tentativa de assalto e disparou contra supostos assaltantes, alvejando a vítima pelas costas. Guilherme estava desarmado e não tinha relação com o crime.

Almeida chegou a ser preso por homicídio culposo, mas foi solto após pagamento de fiança. A Secretaria de Segurança Pública afirmou que o PM foi afastado das funções operacionais enquanto o caso é investigado.

METRÔ

Governo do estado entrega primeiro trem a Linha 6-Laranja

GIOVANNA CASTRO/AE

O governo de São Paulo entregou ontem, o primeiro trem da Linha 6-Laranja do Metrô, que ligará as zonas norte e oeste ao centro da capital paulista. A cerimônia ocorreu no Pátio Morro Grande, na zona norte da capital.

No total, serão 22 composições com seis carros cada, capazes de transportar até 2.044 passageiros entre a Brasilândia, na zona norte, e a Estação São Joaquim, no centro de São Paulo. A previsão é de que a linha atenda mais de 630 mil passageiros por dia.

Fabricados em aço inoxidável, os trens poderão atingir até 90 km/h e são mais leves que os modelos em aço carbono. As composições têm durabilidade estimada em mais de 40 anos.

A Linha deve ser inaugurada parcialmente até o final de 2026, no trecho entre Brasilândia e Perdizes. O percurso restante até São Joaquim está previsto para 2027.

Em coletiva de imprensa, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) negou atrasos e sustentou os prazos previstos.

Entre as estações mais adiantadas estão as de Perdizes, Água Branca e Santa Marina. Já foram instalados 19 km de trilhos ao longo do traçado da linha, que conta com 15 estações e 15,3 km de extensão operacional.

Inicialmente, a Linha 6 fará integração com outras três linhas: a Linha 1-Azul, do Metrô de SP, na Estação São Joaquim; a Linha 4-Amarela, da ViaQuatro, na Estação Higienópolis-Mackenzie; e com os trens suburbanos da Linha 7-Rubi, operados pela CPTM (e que serão assumidos pela TIC Trens em novembro deste ano), na Estação Água Branca.

ATAQUES

Ônibus: empresas denunciam vandalismo desde o início do ano

GONÇALO JUNIOR/AE

Levantamento do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SPUrbanuss) registra atos de vandalismo e depredações contra os ônibus na capital desde janeiro. A onda de violência não é recente e já soma 855 depredações em 2025, segundo a entidade.

Os dados consideram os ônibus municipais da capital. Não entram na conta, portanto, coletivos intermunicipais, das cidades vizinhas nem do litoral, regiões que também registram atos de violência no transporte coletivo.

Questionada sobre a ocorrência de casos desde janeiro, a Secretaria da Segurança Pública diz apenas que "as forças de segurança seguem mobilizadas para coibir e investigar os ataques a ônibus". E diz que "7,8 mil policiais e 3,6 mil viaturas estão mobilizadas em todo o Estado" para a garantir a segurança dos trabalhadores e dos passageiros.

Apesar da operação policial montada pelo governo estadual na última semana, os ataques continuam. O recorde para um mesmo dia foi nessa segunda-feira, 7, quando 59 coletivos foram vandalizados em várias regiões da cidade.

O governo estadual não tem uma investigação concluída sobre os motivos dos ataques - entre as hipóteses, estão a briga entre empresas de viação (leia mais abaixo). O mês mais violento foi junho, com 270 ataques, média de três ônibus depredados por dia, conforme o sindicato.

O órgão afirma ainda que foram feitas prisões, entre elas, a do suspeito de atirar uma pedra em um ônibus no último dia 27, na Avenida Washington Luís, zona sul de São Paulo, ferindo gravemente uma passageira. De acordo com os investigadores, ele é filho de um motorista de ônibus.

Ainda segundo os investigadores, a filiação do suspeito reforça a tese de que os atos de vandalismo podem ter sido motivados pela rivalidade e a disputa por espaço entre empresas de ônibus

Em janeiro, a Prefeitura de São Paulo proibiu as empresas UPBus e a Transwolff de operarem linhas de ônibus na capital.

Além das disputas entre empresas do setor, a Polícia Civil tem duas linhas de investigação:

Ataques por pessoas influenciadas por desafios criados na internet;

Ação coordenada pela facção criminosa (PCC);

Questionada sobre os registros dos primeiros ataques, a SPTrans não se manifestou. O órgão da Prefeitura informou a totalização apenas desde 12 de junho: foram 338 ônibus do sistema municipal depredados, incluindo oito, na terça-feira passada.

No período de acirramento dos ataques entre 1º de junho e 1º de julho, a região central foi o principal alvo dos vândalos, com 80 ocorrências; em seguida, vem a zona sul, com 51 casos.

Entre as empresas mais atingidas estão a Viação Metrópole (41 ocorrências), Mobibrasil (39), Santa Brígida (32) e Via Sudeste (27).

As empresas do setor afirmam que o aumento das ocorrências já dificulta a reposição dos vidros.

Em caso de ataque, a empresa encaminha o veículo para manutenção e deve substitui-lo por outro da reserva técnica para a próxima viagem.

IMUNIZANTE

Vacina feita pela USP contra o vírus zika mostra resultados promissores

Uma nova vacina contra o vírus zika desenvolvida por pesquisadores do Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IMT-FM-USP) demonstrou ser segura e eficaz em testes com camundongos. Além de induzir a resposta imune contra o patógeno, o imunizante também protegeu os animais de danos cerebrais e testiculares associados à infecção viral. Os achados foram publicados na revista científica *NPJ Vaccines* e são um passo importante no avanço das estratégias de prevenção do zika. A pesquisa recebeu financiamento da Fapesp.

"São dez anos da epidemia de zika no Brasil e a doença continua sendo uma ameaça à saúde pública, especialmente para gestantes e seus bebês. No estudo conseguimos desenhar uma formulação capaz de neutralizar o patógeno e proteger os roedores tanto da inflamação no cérebro – uma das consequências mais preocupantes da infecção – quanto do dano testicular, algo que não foi observado em estudos epidemiológicos, mas é uma característica marcante da doença quando estudada em laboratório", explica Gustavo Cabral de Miranda, pesquisador apoiado pela Fapesp responsável pelo projeto.

Miranda explica que a estratégia utilizada na formulação se baseia em uma tecnologia conhecida como "partículas semelhantes ao vírus" (VLPs, na sigla em inglês de *virus-like particles*). "Diferente de estratégias mais tradicionais, que utilizam inoculação de vírus atenuado ou inativado, nessa formulação não usamos o material genético do patógeno, o que torna seu desenvolvimento muito mais seguro, econômico e sem a necessidade de substâncias que potencializam a resposta imune (adjuvantes)", detalha o pesquisador.

Ele explica que a tecnologia costuma ser dividida, basicamente, em dois componentes: a partícula carreadora (VLP), cuja função é fazer o sistema imune reconhecer a presença de um vírus, e o antígeno viral, responsável por estimular o sistema imune a produzir anticorpos específicos – neste caso contra os zika vírus – que impeçam a entrada do patógeno nas células.

No caso da vacina desenvolvida pelos pesquisadores do IMT, foi utilizada como VLP uma plataforma já bem estudada pelos cientistas, denominada QβVLP. Ela imita a estrutura viral, permitindo que o sistema imune "reconheça" uma ameaça. Já o antígeno escolhido foi o EDIII, uma parte da proteína do envelope do vírus zika cuja função é se conectar a um receptor nas células humanas (leia mais em: *agencia.fapesp.br/53819*) .

"Inoculamos as VLPs, produzidas no laboratório da USP por meio de bactérias [*Escherichia coli*], conjugadas quimicamente ao antígeno. Essa estrutura combinada imita um vírus real, com o EDIII preso na parte externa da plataforma", descreve Nelson Côrtes, primeiro autor do estudo.

GOLPISTA FORAGIDO

Erika pede ao STF bloqueio das contas de Eduardo

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A deputada Erika Hilton (PSOL-SP) pediu ontem ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o bloqueio das contas bancárias do deputado Federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

A parlamentar também solicitou o bloqueio de investimentos financeiros, imóveis e das doações em dinheiro feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, pai de Eduardo, para bancar a estadia dele nos Estados Unidos.

Em março deste ano, Eduardo pediu licença do mandato parlamentar e foi morar nos Estados Unidos, sob a alegação de perseguição política. Ele é investigado no STF pela suposta atuação para incitar o governo norte-americano a adotar medidas contra o governo brasileiro e o STF.

A solicitação da deputada foi feita após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar ontem a taxação de 50% das exportações brasileiras, a partir de 1° de agosto, e criticar a atuação do STF no julgamento de Bolsonaro no processo da trama golpista.

De acordo com a deputada, o filho de Bolsonaro atua para enfraquecer a soberania do Brasil e lesar economicamente o país para obter "benefícios pessoais".

"As medidas articuladas pelo investigado e impostas pelo governo dos Estados Unidos ofendem frontalmente compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente os princípios da nação mais favorecida, da não discriminação e da boa-fé nas relações multilaterais", argumenta a deputada.

INVESTIGAÇÃO

O inquérito que investiga Eduardo Bolsonaro foi prorrogado ontem por mais 60 dias. Na decisão, Alexandre de Moraes alega que o investigado continua interferindo no andamento da ação penal da trama golpista.

"Verifica-se que o investigado Eduardo Nantes Bolsonaro permanece praticando condutas com o objetivo de interferir e embaraçar o regular andamento da AP 2.668/DF [núcleo 1], que já se encontra em fase de apresentação de alegações finais pelas partes", disse Moraes.

SÃO PAULO

Justiça determina volta de diretores de escolas afastados por Nunes

ISABELA MOYA/AE

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou o retorno imediato de 25 diretores de escolas municipais da cidade de São Paulo que haviam sido afastados por conta do baixo desempenho de seus alunos no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e Idep (Índice de Desenvolvimento da Educação Paulistana) de 2023.

Questionada pelo *Estadão*, a Secretaria Municipal de Educação não se manifestou até a publicação desta reportagem. O espaço segue aberto.

Os diretores foram afastados de suas atividades pela Prefeitura de São Paulo e passariam por um programa intensivo de requalificação em período integral, mantendo a remuneração. A Justiça também determinou que a Prefeitura suspenda a exigência de participação no curso até posterior deliberação judicial, sob pena de multa diária de R$ 10 mil por servidor em caso de descumprimento.

O objetivo, segundo a gestão municipal, era garantir o conhecimento dos estudantes da rede no tempo adequado, conforme estabelecido pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e pelo Currículo da Cidade.

Já o TJ considerou que os atos administrativos carecem de motivação clara, configuram desvio de finalidade e colocam em risco a gestão educacional em áreas vulneráveis.

A decisão judicial acatou ação civil pública movida pelo Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público do Município de São Paulo (SINESP) contra a Prefeitura de São Paulo na tentativa de impedir o afastamento compulsório dos diretores. A Prefeitura ainda pode contestar a decisão.

O juiz argumentou que os diretores foram convocados por ato administrativo genérico, sem motivação individualizada, com afastamento compulsório de suas unidades de ensino e substituição por outros profissionais sem vínculo anterior com a comunidade escolar.

"Não há nos autos qualquer indício de que tenha sido instaurado processo administrativo regular, tampouco parecer técnico que justifique a seleção dos convocados ou mesmo o conteúdo e a estrutura metodológica do curso", afirmou.

O juiz entendeu ainda que o afastamento dos diretores afetaria não apenas os direitos funcionais deles, mas também a continuidade administrativa e pedagógica das unidades escolares, comprometendo a estabilidade das equipes pedagógicas.

Ele também pontua que "relatórios e documentos revelam que as escolas afetadas estão situadas em áreas periféricas e vulneráveis, e muitas delas obtiveram reconhecimento por boas práticas educacionais sob a gestão dos diretores afastados".

TARIFAÇO DE TRUMP

Congresso pede diálogo nos campos comercial e diplomático

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) divulgaram, ontem, nota conjunta em que recomendam que o país aja com diálogo nos campos diplomático e comercial na resposta ao tarifaço de 50% sobre todos os produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos (EUA).

A medida foi anunciada quarta-feira pelo presidente Donald Trump, e sua entrada em vigor está prevista para 1º de agosto.

A nota com a posição dos presidentes das duas Casas legislativas foi elaborada após a cobrança de líderes partidários da base aliada do governo. O texto diz que o Congresso Nacional acompanhará de perto os desdobramentos da crise comercial e diplomática desencadeada por Trump e cita a Lei de Reciprocidade Econômica.

Sancionada em abril, a lei estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira.

"Um mecanismo que dá condições ao nosso país, ao nosso povo, de proteger a nossa soberania", diz a nota.

A lei autoriza o Poder Executivo, em coordenação com o setor privado, "a adotar contramedidas na forma de restrição às importações de bens e serviços ou medidas de suspensão de concessões comerciais, de investimento e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual e medidas de suspensão de outras obrigações previstas em qualquer acordo comercial do país".

Os parlamentares finalizam a nota afirmando que estarão prontos para agir com equilíbrio e firmeza em defesa da economia e da proteção dos empregos no país.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Mais cedo, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), protocolou moção de repúdio à decisão de Trump. O deputado pede que o texto seja encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores e à Embaixada dos Estados Unidos em Brasília.

A moção do líder petista diz que é inaceitável que o presidente dos Estados Unidos adote medidas econômicas contra o Brasil "com motivações puramente políticas, unicamente para defender o ex-presidente Jair Bolsonaro e atacar as instituições democráticas do país, como o Supremo Tribunal Federal".

A medida é uma "retaliação arbitrária e uma afronta direta à soberania brasileira", e o Brasil não pode aceitar "passivamente esse tipo de ingerência externa que agride nossa democracia e os princípios do Estado de Direito", acrescenta o texto.

"Manifestamos nosso firme repúdio à decisão do presidente Donald Trump de impor absurdas tarifas de 50% às exportações brasileiras, com fundamento em deslavadas mentiras assacadas contra o Brasil, um país pacífico e cordato, e seu sistema de justiça, o qual destaca-se por seu firme compromisso com o devido processo legal e sua sólida independência, ante indevidas pressões políticas, internas e externas", diz a moção.

"Tal medida, se mantida, poderá afetar os interesses de cerca de 10 mil empresas brasileiras que exportam para os EUA e o emprego de milhões de brasileiros, principalmente nos setores que produzem aviões, peças de carros, suco de laranja, carnes, aços e outros produtos estratégicos", prossegue o texto.

"Trata-se, fundamentalmente, de medida ofensiva à soberania e à democracia do Brasil, que afetará, por motivos políticos menores, como a defesa de agressores da democracia, as estratégicas relações bilaterais Brasil/EUA, as quais precisam ser protegidas de agentes solertes que atentam, de forma maliciosa, contra os interesses maiores de ambos os países", finaliza o texto.

FORA DO CARGO

Zanin dá 'prisão domiciliar humanitária' a prefeito de Palmas

NINO GUIMARÃES
E FAUSTO MACEDO/AE

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, manteve o afastamento do prefeito de Palmas (TO), Eduardo Siqueira Campos (Podemos), de 65 anos, apontado como o 'chefe' de um grupo dedicado ao vazamento sistemático de dados reservados sobre operações sensíveis da Polícia Federal.

Na terça-feira, algumas horas depois de o prefeito sofrer um infarto na Sala de Estado Maior do Comando-Geral da Polícia Militar do Tocantins - onde cumpria prisão preventiva -, Zanin concedeu a Siqueira Campos domiciliar humanitária para que ele possa seguir o tratamento de saúde, mas manteve de pé todas as medidas cautelares antes impostas, inclusive o afastamento do cargo de prefeito.

Siqueira Campos é alvo da Operação Sisamnes - juiz corrupto, segundo a mitologia persa -, investigação que espreita corrupção e venda de sentenças nos tribunais de Justiça de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins e também em gabinetes de ministros do STJ.

Ele foi preso em 27 de junho, na fase 10 da operação. Diálogos via WhatsApp resgatados pela PF indicam que Siqueira Campos mantinha informantes e aliados, inclusive um advogado e um policial civil, para acessar informações estratégicas de processos em curso no STJ e no Tribunal de Justiça de seu Estado Ele nega ligação com o suposto esquema de bisbilhotagem.

O prefeito afastado sofreu um infarto na madrugada de terça. Zanin foi informado que Siqueira Campos teve de ser encaminhado ao Hospital Geral de Palmas e submetido a uma intervenção cirúrgica na artéria coronária. Ele está em recuperação.

A defesa do prefeito afastado pretende pleitear o retorno às funções públicas assim que ele for liberado pelos médicos.

Logo após sua prisão, a defesa requereu a concessão de prisão domiciliar, alegando fragilidade no estado de saúde de Siqueira Campos, mas o pedido foi indeferido por Zanin, que acolheu parecer da Procuradoria-Geral da República e manteve o prefeito sob custódia preventiva.

Depois, a PGR pediu que o prefeito afastado fosse avaliado por uma junta médica. No dia 4 de julho, Zanin determinou que os médicos avaliassem a saúde de Siqueira Campos e de outros dois presos da fase 10 da Sisamnes, o policial civil Marco Augusto Velasco Nascimento Albernaz e o advogado Antonio Ianowich Filho - apontados como integrantes do mesmo grupo que atuava no vazamento das decisões.

OPERAÇÃO SISAMNES

De acordo com a investigação, Siqueira Campos antecipou informações sigilosas sobre operações da PF para aliados. Em uma conversa interceptada, o advogado Antonio Ianowich informou, no dia 13 de novembro de 2024, que haveria o afastamento do governador de Tocantins, Wanderlei Barbosa (Republicanos), alvo da Operação Fames-19, inquérito sobre suposto esquema de desvios de verbas de cestas básicas durante a pandemia da Covid - o chefe do Executivo do Estado nega envolvimento em irregularidades.

NOVOS MINISTROS

Lula dá vitória a Moraes e Dino em disputa por cadeiras no TSE

CAROLINA BRÍGIDO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu ontem, os novos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): Floriano Marques Neto e Estela Aranha. Os dois tiveram apoio de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) durante a campanha. O primeiro é aliado de Alexandre de Moraes e a segunda, de Flávio Dino.

O presidente recebeu as duas listas tríplices elaboradas pelo TSE, com o aval do STF, no fim de maio. A avaliação no Judiciário é que, se as nomeações demorassem mais, a Corte eleitoral iniciaria o segundo semestre, em agosto, com a composição incompleta, o que poderia prejudicar a agenda de decisões a serem tomadas para as eleições de 2026.

A escolha dos novos ministros do TSE atende a um grupo do STF que ficou insatisfeito com a indicação do desembargador Carlos Brandão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), para uma vaga no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em maio.

Dino, Moraes e Gilmar Mendes teriam ficado incomodados com a decisão, porque Brandão era o candidato de Kassio Nunes Marques, nomeado para o STF por Jair Bolsonaro e sem proximidade com o trio do STF.

Marques Neto dá aula na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde Moraes também é professor. Os dois são amigos de longa data. Estela Aranha foi secretária de Direitos Digitais do Ministério da Justiça quando Dino ele era titular da pasta. Ela também contou com a campanha da ministra Gleisi Hoffmann, das Relações Institucionais.

Entre os preteridos nas duas listas está a advogada Vera Lúcia Araújo, que é ministra substituta do TSE e queria assumir uma vaga de titular. O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, fez campanha para ela. Vera também teve o respaldo de uma ala do PT, devido à luta dela pelas minorias racial e de gênero.

Lula deve assinar as nomeações ainda hoje. O presidente também deve anunciar oficialmente a escolha da nova ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ): a procuradora Maria Marluce, de Alagoas, tia do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, conhecido como JHC. Em troca, ele teria se comprometido a deixar o PL de Jair Bolsonaro para ingressar na base aliada de Lula.

GOLPISTA FORAGIDO

Moraes impõe nova multa a Allan dos Santos por 'desprezo' ao STF

NINO GUIMARÃES
E FAUSTO MACEDO/AE

Em meio ao conflito diplomático envolvendo os presidentes Donald Trump e Lula, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, voltou a aplicar uma nova multa - no valor de R$ 15 mil - ao influenciador bolsonarista Allan dos Santos por 'desrespeito às decisões judiciais'. Foragido da Justiça brasileira, Allan mora nos Estados Unidos. Ele está proibido de fazer novas publicações nas redes sociais. Ao todo, as multas aplicadas a ele por Moraes já somam R$ 7,3 milhões.

A nova reprimenda do ministro não parece ter intimidado Allan. Ontem, o aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro postou um vídeo em sua conta no X. Ele se disse alvo de 'perseguição sem fim'. E fez referência à ameaça de Trump que, em carta a Lula, comunicou que vai impor tarifaço de 50% ao Brasil caso 'não deixem Jair Bolsonaro em paz'. Trump escreveu. "Caça às bruxas devem acabar imediatamente."

"A tirania acabou com o aumento das taxas?", provocou Allan dos Santos em nova postagem em seu perfil no X. "Quem derrubará a tirania brasileira não será Trump, mas o povo."

A nova multa de Alexandre de Moraes foi decretada na segunda-feira, mas publicada nesta quinta, 10. Segundo o ministro, 'as condutas do investigado (Allan), que insiste em desrespeitar as medidas cautelares impostas nestes autos, revelam seu completo desprezo pelo Poder Judiciário'.

Moraes reiterou as medidas cautelares contra Allan, que, desde 2021, já tem prisão preventiva decretada por ataques ao STF.

INVERNO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 27º 14º 5% 06:35 17:25

SETRAN

Governador nomeia Priscila Sakalem para a Secretaria de Transporte

O governador Cláudio Castro nomeou, ontem, a advogada Priscila Sakalem como secretária de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana (Setram), cargo anteriormente ocupado por Washington Reis. A publicação foi feita na edição extra do Diário Oficial do Estado de ontem.

Priscila é especialista em Direito Tributário e está no Governo do Estado desde 2020, onde ocupou diversos cargos. Ela exercia a função de chefe da assessoria do Gabinete do Governador.

"Priscila é uma técnica muito capacitada e da minha inteira confiança. É uma profissional que sabe dialogar na busca de resultados efetivos para os projetos. Esta é uma decisão que vai garantir o seguimento das ações de uma forma mais alinhada com a gestão. Agradeço ao ex-secretário Washington Reis pela dedicação e o compromisso que nos permitiram realizar avanços na área dos transportes", afirmou o governador Cláudio Castro.

Com a escolha da Priscila Sakalem para a gestão da Setram, Cláudio Castro prioriza a continuidade dos projetos estruturantes que vêm sendo desenvolvidos pela pasta. A nova secretária também lidera o Grupo de Trabalho responsável pelo processo de transição do sistema de trens metropolitanos para o futuro operador. Além disso, tem participado ativamente das discussões sobre a implantação do novo modelo de bilhetagem eletrônica, que vai promover a integração tarifária dos serviços de transporte, e contribuiu no acordo que permitiu a retomada das obras da estação de metrô da Gávea.

"Agradeço ao governador Cláudio Castro pela confiança e reconhecimento do trabalho que vinha desenvolvendo nos bastidores. A população do Rio de Janeiro pode estar certa do meu total empenho na busca de soluções, para entregar um sistema moderno e digno a quem utiliza os transportes públicos no estado", afirma a secretária.

EUA

Juiz ignora Corte submissa e veta decreto de Trump

Um juiz federal dos Estados Unidos voltou a vetar ontem, o decreto do presidente Donald Trump que restringiu a cidadania de crianças nascidas em território americano cujos pais não tenham residência autorizada no país.

O despacho do juiz Joseph LaPlante, do Novo Hampshire, ocorreu mesmo com uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos no final de junho que limitou a ação de tribunais federais contra decretos do governo.

O entendimento da Suprema Corte americana foi uma vitória para a gestão Trump, que emitiu, desde janeiro, uma série de decretos contestados pela Justiça americana, entre os quais o de restrição à cidadania para nascidos no país.

O juiz entendeu que crianças poderiam ser privadas da cidadania americana caso a ordem de Trump entrasse em vigor. "Isso é um dano irreparável à cidadania, por si só", afirmou. "É o maior privilégio que existe no mundo."

A ACLU (União Americana pelas Liberdades Civis) e outras organizações entraram com o processo apenas algumas horas depois de a Suprema Corte ter decidido limitar, em 27 de junho, o alcance das decisões de tribunais inferiores em relação a decretos do governo federal, em uma vitória para Trump.

A decisão resultou do julgamento de três ações específicas sobre a medida que restringiu o direito à cidadania por nascimento de filhos de imigrantes.

Os recursos da Casa Branca abordaram apenas os instrumentos usados pelos juízes para bloquear o decreto. Portanto, a Suprema Corte não julgou o mérito das ações, só a capacidade dos juízes federais de conceder as liminares de alcance nacional -que na prática bloqueavam medidas tomadas via decreto.

Buscando explorar uma exceção prevista na determinação, os advogados das organizações argumentaram que os juízes ainda podem barrar políticas de Trump em ações coletivas.

O Departamento de Justiça argumentou que a ordem de Trump está em conformidade com a Constituição e pediu ao juiz Laplante que considerasse que os autores do processo não têm direito de processar com status de ação coletiva.

O decreto de Trump havia sido suspenso por cinco cortes federais, que o consideraram inconstitucional por contrariar o texto da 14ª emenda, que diz: "todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e sujeitas à sua jurisdição, são cidadãos dos Estados Unidos e do estado no qual residem".

Nos Estados Unidos, o "jus soli", como também é chamado o direito à cidadania por nascimento, foi codificado na Constituição em 1868, quando a 14ª emenda foi aprovada.

Parte das chamadas "emendas da Guerra Civil", ela originalmente tinha o objetivo de garantir cidadania à população negra recém-liberta da escravidão no conflito -e, dessa forma, estendeu esse direito a qualquer pessoa nascida em território americano.

No Brasil, a cidadania também segue o princípio de "jus soli" -no geral, pessoas nascidas em território nacional são brasileiras.

Segundo defensores dos direitos dos imigrantes que contestam a medida, mais de 150 mil recém-nascidos deixariam de receber a cidadania americana anualmente, caso a ordem entre em vigor em âmbito nacional.

BAIXADA

Polícia prende seis criminosos durante operação em Mesquita

Polícia Civil do RJ, realizou ontem, operação para combater a expansão territorial da maior facção do estado em Mesquita, na Baixada Fluminense. A ação é da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) e tem o objetivo de cumprir mandados de busca e apreensão, para reunir informações que auxiliem em investigação em curso.

Outras delegacias especializadas dão apoio à operação. Até o momento, seis criminosos foram presos em flagrante e dois adolescentes infratores foram apreendidos.

"Não vamos permitir que o crime organizado continue expandido seus territórios e espalhando o medo às comunidades. A operação realizada hoje afirma o compromisso do Governo do Estado em enfrentar o avanço das facções criminosas. Nossas forças de segurança vão seguir atuando com inteligência e rigor para garantir a segurança da população", afirma o governador Cláudio Castro.

As investigações tiveram início após mapeamento do narcotráfico e extorsões que ocorriam na região, com instalação de barricadas em vias públicas, exploração de serviços essenciais, comércio de drogas e presença armada de narcomilicianos.

SITUAÇÃO DE RUA

Assistência Social abre vagas extras de acolhimento no inverno

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) do Rio ampliou a oferta de acolhimento para pessoas em situação de rua durante este inverno. Desde terça-feira passada, há mais 160 vagas além das oferecidas diariamente na rede socioassistencial (no primeiro semestre de 2025, houve um incremento de 250 vagas permanentes no sistema). Quem aceita ser acolhido dorme em local seguro, protegido do frio e com direito a alimentação, kit de higiene, cobertor e roupa de cama.

"Essa iniciativa é para ampliar a rede de proteção a pessoas cuja vulnerabilidade é ainda maior no frio. Historicamente, nesta época do ano, mesmo quem não costuma aceitar o acolhimento acaba aceitando, porque precisa se proteger das baixas temperaturas. Há, então, a necessidade de reforço nas vagas. O acolhimento não é obrigatório, mas nossos educadores sociais são treinados para convencer as pessoas em situação de rua e mostrar os ganhos em saúde e bem-estar que podem ter nos albergues provisórios", explica a secretária municipal de Assistência Social, Martha Rocha.

As vagas extras estão disponíveis em unidades da SMAS e em espaços oferecidos por parceiros na iniciativa privada e no Terceiro Setor: o Norte Shopping, a Paróquia Cristo Rei e a ONG Associação Desenvolvimento Assistencial Familiar. Todas as 160 funcionam em regime de albergue, para pernoite. O acolhido chega no fim da tarde, janta e passa a noite. No dia seguinte, recebe café da manhã e deixa o espaço, para retornar depois.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

EUROPA

UE anuncia pacote de 2,3 bilhões de euros para reconstrução da Ucrânia

PEDRO LIMA/AE

A Comissão Europeia anunciou quarta-feira um novo pacote de acordos no valor de 2,3 bilhões de euros para apoiar a recuperação e reconstrução da Ucrânia, durante a Conferência de Recuperação da Ucrânia, realizada em Roma (Itália). Segundo comunicado oficial, o pacote mostra "o compromisso inabalável da UE com a recuperação da Ucrânia e seu futuro na União Europeia (UE)".

O conjunto de acordos, firmado com instituições financeiras internacionais e bilaterais, inclui "1,8 bilhão de euros em garantias de empréstimos e 580 milhões de euros em subsídios". De acordo com a Comissão, braço executivo da UE, a iniciativa poderá mobilizar até 10 bilhões de euros em investimentos na Ucrânia.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, declarou que "a UE reafirma seu papel como o parceiro mais forte da Ucrânia. Não apenas seu principal doador, mas um investidor-chave em seu futuro". Ela acrescentou que os novos acordos buscam "reconstruir casas, reabrir hospitais, reativar negócios e garantir energia", destacando que "esta é a solidariedade em ação".

Ainda segundo a Comissão, o pacote anunciado reforça o apoio de longo prazo à Ucrânia, incluindo medidas para fortalecer as instituições do país e incentivar o investimento privado. "Estamos literalmente assumindo uma participação no futuro da Ucrânia", afirmou Von der Leyen, ao anunciar a criação do que descreveu como "o maior fundo de participação acionária do mundo para apoiar a reconstrução".

"A Ucrânia está se aproximando da UE a cada dia - em energia, educação, roaming e cultura", destacou o comunicado. "A Europa está com a Ucrânia - hoje e amanhã."

ARMAMENTO

Zelensky: há diálogo com Trump para a aquisição de sistemas Patriot

MATHEUS ANDRADE/AE

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, afirmou ontem, que há um diálogo com o homólogo dos Estados Unidos, Donald Trump, que pode descrever como positivo em relação à aquisição dos sistemas Patriot de lançamento de mísseis. Em reunião em Roma, com uma série de líderes europeus, o ucraniano disse que o país fez um pedido de 10 sistemas e um volume "apropriado" de mísseis para alimentá-los, e, segundo o líder há "um esquema de financiamento para os sistemas Patriot americanos no momento", incluindo financiamento da Alemanha e da Noruega.

Sobre a produção de armas, Zelensky afirmou que haverá um investimento crescente, especialmente de drones. "Isso é realmente muito importante, muito trabalho já foi feito sobre essa questão", disse.

"Estamos trabalhando para criar uma grande coalizão pela recuperação, pela reconstrução. Este deve ser o momento para a reconstrução começar. Tudo o que destruiu a Rússia pode ser reconstruído. Essa coalizão precisa de países, líderes e empresas trabalhando juntos para reconstruir nossa sociedade. O que precisamos é de um plano claro de recuperação e resiliência. Um pouco como o Plano Marshall, quando transformou e reconstruiu a Europa há algum tempo", afirmou ainda.

PLANO PILOTO

Starmer e Macron anunciam plano de cooperação para lidar com migração

LAÍS ADRIANA/AE

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer (**foto**), e o presidente da França, Emmanuel Macron, anunciaram um plano "piloto" de cooperação bilateral para lidar com fluxos de migração ilegal, durante coletiva de imprensa conjunta ontem.

De acordo com os líderes, migrantes que cheguem ao Reino Unido em pequenos barcos ilegais serão retornados para a França rapidamente e, em troca, um indivíduo diferente poderá entrar por rotas legais em território britânico a cada migrante apreendido. A troca estará sujeita a verificações de segurança restritas, rotas legais e controladas, e somente poderão participar indivíduos que não tentaram entrar no Reino Unido ilegalmente.

YOUTUBE

Ambos também reiteraram o apoio do Reino Unido e da França à Ucrânia, revelando a intenção de construir uma "nova força multinacional" em apoio ao país, que será sediada em Paris e terá como objetivo dar suporte para o acordo de paz.

Em seu discurso, Macron afirmou que os países concordaram em aumentar a cooperação franco-britânica em defesa, inteligência artificial (IA), espaço, tecnologias cibernéticas, entre outras áreas, para enfrentar os "desafios em comum". O presidente francês classificou os planos como um "recomeço" das relações bilaterais após o Brexit e disse que não descarta uma coordenação mais próxima entre as duas potências nucleares da Europa.

Macron também comentou sobre a situação de conflitos no Oriente Médio, pedindo a libertação de reféns israelenses e uma solução de dois Estados que reconheça a Palestina como uma nação. "Israel deve viver em paz com seus vizinhos", disse.